



Testemunhos da reciprocidade de uma era de terror: a violência colonialista e a contra-violência do colonizado em *O Esplendor de Portugal*, de Lobo Antunes

Testimonials of reciprocity of the terror age: the violence colonial and the counter-violence of the colonized in *O Esplendor de Portugal*, by Lobo Antunes

Carolina Barbosa Lima e Santos¹

Resumo: Proponho neste artigo propiciar ao leitor uma experiência estética acerca de sua realidade empírica por meio da análise do romance *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes, ancorada na perspectiva teórica de autores como Jacques Derrida, que trata da memória; Hannah Arendt, que reflete sobre as formas pelas quais se manifesta a violência na arte e na cultura; e Homi K. Bhabha, que nos propõe reflexões sobre a história.

Palavras-Chaves: Literatura Portuguesa; Violência; Testemunho; Ruína; Lobo Antunes.

Abstract: The concept of this work is to propose to the readership awareness about his reality through the analysis of *O Esplendor de Portugal*, by António Lobo Antunes, based on theoretical perspective from authors such as Jacques Derrida, author who studies the memory; Hannah Arendt, who reflects about the way the violence is seen in art and culture; and Homi K. Bhabha, who proposes reflections about the history.

Keywords: Portuguese Literature; Violence; Testimony; Ruin; Lobo Antunes.

O Esplendor de Portugal, publicado no Brasil em 1998, expressa, numa linguagem dura e seca, o testemunho das personagens em cena e o horror desgraçadamente humano vivido por elas numa Angola rumo à descolonização, onde a fome, o desespero, a dor e a destruição, juntamente a sentimentos como ódio, solidão e culpa, dão o tom da narrativa. O inabordável da guerra nos é contado por meio dos testemunhos das personagens, que tendem a resgatar em suas memórias os episódios de situações-limites e de experiências de sofrimento. O relato, dividido entre a mãe e os três filhos (Carlos, o mestiço, Rui, o epilético, e Clarisse, a libertina), deixa visível a impossibilidade de felicidade e o sentimento de “[...] uma solidão insuperável,

¹ Mestre em Teoria Literária pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

como se a memória constituísse um peso terrível do qual jamais se está livre” (CYTRYNOWICZ, 1999, p. 53), apesar da descolonização.

Ao lermos *O Esplendor de Portugal*, podemos compreender a ironia do título – um dos versos do hino nacional de Portugal – e percebemos que muito longe de ser uma história de grandes aventuras, “[...] nas quais se incorpora um panteão de heróis” (SARLO, 2007, p.14), o processo de colonização e de descolonização de Angola foi, ao contrário, um decurso marcado pela violência, pela destruição e pelo terror.

Apresento, então, ao leitor uma arte que, por meio de uma poética de ruínas, expõe-nos a violência, a miséria e a infelicidade, uma literatura que põe em cena um “[d]os desastres que marcam o fim do milênio [que] são também *arquivos do mal*: dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, ‘recalcados’” (DERRIDA, 2001, p.7).

Em *O Esplendor de Portugal*, essas experiências inabordáveis são narradas por meio dos testemunhos de suas personagens, que resgatam em suas memórias os episódios de situações-limites e de experiências de sofrimento. São lembranças que nunca estão completas, mas que não permitem serem deslocadas e ocorrem mesmo quando não são convocadas. Não há uma ordem linear na narração ou uma continuidade das lembranças narradas:

[...] o meu próprio filho de que continuo a ter medo mesmo longe daqui, em Lisboa, não responde às cartas, não pergunta por mim, sozinha na fazenda, sem dinheiro, com dez ou quinze patetas meio mortos, eu que apesar de ser nova, ter forças
(estas rugas são do ácido que corrói o estanho não são minhas que ainda agora há minutos tinha o cabelo preto e regresssei a casa do jantar dos belgas)
preciso de uma palavra de amizade, de consolo, que me faça imaginar que colhem o algodão, o vendem, o dinheiro cresce no banco, amanhã ao levantar-me em lugar das lavras desertas encontro os tratores a trabalharem e duas centenas de contratados no campo, tudo o que peço, e Deus sabe que não peço muito, é uma palavra de esperança de tempos a tempos num pedaço de papel mesmo que ambos tenhamos a certeza que a esperança acabou tão depressa como o dinheiro e o crédito, que a próxima vez que descer à senzala nem uma

só alma mesmo inválida encontro, apenas eu, a Maria da Boa Morte e a chuva nos quartos, eu a fingir que mando e ela que obedece, há alturas em que me sento ao pé do telefone na certeza que vão ligar da Ajuda, que irei ouvi-los, conversar com eles, mentir-lhes, dizer que os americanos ou os franceses me compraram as colheitas inteiras, mudo de roupa, perfume-me, ponho os brincos de pérola para conversar com eles, seguro o auscultador e nada, nem

- Mãe

nem

- Olá mãe

nem

- Lembramo-nos da senhora como tem passado mãe?

no aparelho, um silêncio tão grande como o silêncio da terra, o silêncio dos girassóis no cacimbo [...] (ANTUNES, 1998, p. 58-59).

São discursos memoriais repletos de tensões, contradições e aporias que “[...] aborda[m] primeiramente as estocagens das ‘impressões’ e a cifragem das inscrições, mas também a censura e o recalçamento, a repressão e a leitura dos registos” (DERRIDA, 2001, p.8). Nesta passagem temos a aporia, a tensão e a fragmentação, próprias do discurso traumático:

(o meu filho Carlos a achar que eu não gosto dele por)

[...] (o meu filho Carlos, o mais velho, o primeiro dos meus filhos e Deus sabe o que me custou aceitá-lo, aquele que toma conta dos irmãos em Lisboa e acha que eu não gosto dele por)

[...] (eu não ser a mãe dele)

(ANTUNES, 1998, p.80-81).

Ao contrário de muitos textos que estamos acostumados a ler em jornais e revistas impressos, virtuais e televisivos, cujo “[...] tratamento [da dor dos outros] é ao mesmo tempo massivo e refinado ao longo de guerras civis e internacionais” (DERRIDA, 2001, p.7), a narrativa de Lobo Antunes é capaz de apelar e atacar a sensibilidade do leitor a ponto de aproximá-lo de cenários habitados pela doença, pela solidão, pela fome e pela impotência diante da violência sofrida por milhares de angolanos e portugueses na década de 1975.

É relevante observarmos que o fato de Lobo Antunes ter vivido em Angola, prestando serviço militar obrigatório de 1971 a 1973, presenciando o trauma da descolonização daquele país, as situações e os fatos dos quais tomou conhecimento e a relação com a psiquiatria, profissão exercida até há pouco tempo, pode suscitar, muitas vezes, a dúvida e a curiosidade do leitor sobre as fronteiras entre o real e o ficcional do romance.

Segundo Bernardo Carvalho (2000, p. 238), esse tom de realidade em meio à representação favorece o efeito de horror sobre o espectador, pois a única maneira de entender a catástrofe é, para Carvalho, colocar-se no lugar do outro por meio de uma identificação individual. E é, então, “[...] num jogo em que ficção e não-ficção não remetem a territórios nitidamente separados” (KLINGER, 2007, p.13) que Lobo Antunes encena o cenário dantesco de Angola da década de 1970.

Ao partir do pressuposto de que “[...] a literatura de uma era de catástrofes desenvolveu também a nossa sensibilidade para reler e reescrever sua história, do ponto de vista do testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 77), podemos compreender, numa perspectiva aristotélica², que a literatura supera a função meramente documental da História. A literatura, “[...] privilegiando a forma artística sobre a referencial, seria uma forma mais elaborada, e portanto, mais verdadeira” (KLINGER, 2007, p.40) que o discurso histórico que, por sua vez, além de muitas vezes soar como falso, leva à banalização e, muitas das vezes, a um processo de esvaziamento e de endurecimento das relações humanas das pessoas diante contextos de miséria e de horror.

Vale ressaltar a seguinte reflexão de Jacques Derrida em *Mal de Arquivo*: “[...] “a quem cabe [ou deveria caber], em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo? Como fazer correspondências entre o memento, o índice, a prova e o testemunho?” (2001, p.7). Poderia caber a mais alguém senão a Lobo Antunes, enquanto intelectual – testemunha ocular da barbárie

² Para Aristóteles, “A poesia é algo de mais filosófico e mais sério que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por ‘referir-s ao universal’ entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, atribuem depois aos personagens os nomes que lhes parece, e não fazem como os poetas jâmbicos, que se referem a indivíduos particulares” (1966, p.78)

encenada em suas obras – e exímio narrador literário a tarefa de documentar e apresentar ao mundo, por meio da arte, as dores da catástrofe de Angola? Valendo-se de sua própria memória e “[...] entrando no território do indiferenciado, em que o verdadeiro e o falso se combinam” (KLINGER, 2007, p.151), o escritor português trabalha em *O esplendor de Portugal* ironizando os limites do ficcional para nos apresentar e também nos atacar com uma crítica àquela realidade colonial.

Ao combinar a “[...] austeridade mais extremada com a selvageria mais arguta” (LINS, 1990, p.99), Lobo Antunes (re)apresenta, em *O esplendor de Portugal*, a descolonização de Angola como um fenômeno marcado pela reciprocidade das ações do sujeito pós-colonial para com seu antigo colonizador, em um ambiente no qual o poder vigente desintegrou-se e instaurou-se o caos. O romance é como um arquivo que expõe a catastrófica consequência da antiga relação colonizador/colonizado, regida pela dicotomia amo/escravo, cuja forma e essência de governo era marcada por um “terror sistemático” (ORTEGA, 2009, p.19), um modelo de regime que tinha por função reduzir o sujeito nativo à categoria de ser animalesco, uma mercadoria feia e vil, que deveria estar sempre ao dispor de seu patrão. Podemos pensá-lo enquanto um retrato ficcional que encena um episódio ilustrativo à seguinte reflexão de Hannah Arendt:

Quem já duvidou de que aqueles que sofreram a violência sonham com a violência; de que os oprimidos sonham pelo menos uma vez por um dia colocar-se a si mesmos no lugar dos opressores; de que o pobre sonha com as posses dos ricos; de que os perseguidos sonham com a troca “do de presa pelo caçador”; e de que os últimos serão os primeiros e de que os primeiros serão os últimos? [...] É notável a escassez de rebeliões de escravos e de levantes entre os deserdados e humilhados; nas poucas ocasiões em que ocorreram, foram precisamente a ‘fúria louca’ que transformou o sonho em pesadelo para todo mundo. (ARENDDT, 2009, p. 37)

Em *O Esplendor de Portugal* mergulhamos num universo narrativo que nos mostra o momento em que será materializado o maior desejo de uns e o

pior pesadelo de outros: a consequência de uma história ancorada nas práticas da violência e da opressão. Para exemplificá-lo, eis o testemunho de Isilda, no qual a personagem, que se encontra na situação de perda de suas terras angolanas, expressa seu pensamento colonizador, concebendo Angola não enquanto um país, mas sim como um território a ser explorado pelos portugueses:

[...] nem o MPLA nem os cubanos nem o direito de me expulsar do que é meu, esta casa a quem faltam telhas, este aparador de que desaparecem os pratos, estas cantoneiras sem garfos, estes armários de cabides roubados pelos tropas de passagem, bandos maltrapilhos que não obedecem a ninguém, se limitam a pilhar o que podem, criação, telefonias, relógios, panelas rotas e a matarem-se por desfastio entre si, todos com os mesmos lenços vermelhos, s mesmas pistolas antiquadas e a mesma magreza, gastos pela fome e por diarréias de água choca, até os leprosos de Marimbanguengo arrastam os cotos em exércitos lúgubres decepando à catanada os leprosos seguintes. (ANTUNES, 1998, p. 57)

Apoiando-se no reconhecimento e no repúdio de diferenças étnicas, culturais e históricas, o discurso colonial procura criar um espaço onde se possa exercer a vigilância sobre o povo colonizado e buscar a legitimação, num “regime de verdade”, para sua estratégia de subversão (BHABHA, 2005, p.135). Nesse discurso colonizador, o outro sempre ocupa uma imagem de mercadoria barata, estereotipada como bárbaro, mentiroso e preguiçoso, tal como podemos constatar em outro testemunho de Isilda, quando pensava em seus escravos:

[...] uns segadores quaisquer apanhavam-nos, plantavam-nos no cocuruto e entravam a dançar na cantina em vaidades de branco, lambendo um resto de cigarro do meu pai encontrado no trilho, a exigirem mais cerveja e a deverem mais dinheiro, a cantina de balcão ao fundo, telefones à venda numa prateleira, imensas, roxas, sem motor nem pilhas, um pivete de peixe decomposto e pobreza invejado pelo apetite dos leitões, as camionetes subiam e desciam as covas da picada em meneios de navio. (ANTUNES, 1998, p.171)

No entanto, essa voz do controle é interrompida e mutilada no cenário pós-colonial por ações que surgem para destruir esses espaços e circuitos “fixados” no poder heterogêneo e no autoritarismo dos colonizadores, valendo-se, para isso, da instauração do terror e do medo.

Devia ter desconfiado que Angola acabou para mim quando mataram as pessoas das fazendas a norte da nossa, o homem de pescoço para baixo nos degraus, isto é, pregado aos degraus por um varão de reposteiro que lhe atravessava a barriga, a mulher nua de braços na desordem da cozinha, muito mais nua do que se estivesse viva, sem mãos, sem língua, sem peito, sem cabelo, retalhada pela faca de trinchar com um gargalo de cerveja a espreitar-lhe as pernas, a cabeça do filho mais velho fitando-nos de um ramo, o corpo que a serra mecânica decepara em fatias espalmado no canteiro, o filho mais novo nos fundos

(onde tomávamos chá à tarde com eles, a comer bolinhos secos e a refrescarmo-nos com leques de ráfia) misturando as tripas com as tripas do cão, dedadas de sangue nas paredes, os tarcos tombados, as molduras em pedaços, as cortinas das janelas abertas varrendo o silêncio e o cheiro das vísceras, uma grita de gansos por cima da cantina, dos tratores e dos campos de girassol incendiados, em que os capatazes enrolados no chão mastigavam os próprios narizes e as próprias orelhas com cachos de besouros zunindo nas chagas [...] (ANTUNES, 1998, p.193)

Assim, o que notamos é que uma outra ordem instaura-se em Angola quando o poder opressivo se rompe, quando o colonizador perde a autoridade sobre o povo colonizado, pois o sujeito colonial, outrora excluído e tomado como repulsivo, ao ter a oportunidade de se libertar daquilo que o sufocava, fará com que sua voz seja finalmente ouvida e da maneira mais violenta possível, uma vez que, conforme afirma Theodor W. Adorno em seu ensaio *Educação após Auschwitz*,

Quanto mais apertada a rede, mais quer-se sair dela, muito embora sua própria estreiteza o impeça. Isso aumenta a raiva contra a civilização. A revolta contra ela é brutal e irracional. (ADORNO, 1986, p. 35)

Ao perder o controle sobre os escravos e sobre a fazenda, Isilda passa a percorrer uma caminhada dantesca juntamente com Maria da Boa Morte, num cenário onde há a evocação, a todo o momento, de imagens nítidas e incisivas de violência e de degradação, retratando a desumanização e a animalização dos seres humanos em meio a uma banalização do mal advinda com a guerra, onde não há vítimas ou culpados, e todos – o colonizador, o colonizado e o mestiço – encontram-se num patamar de sujeição de uns aos outros:

[...] o militar com divisas de cabo, duas aspás vermelhas furtadas a um colega europeu no desconchavo da partida quando os batalhões se acotovelavam para o interior dos navios, surgiu atrás de mim a espreitar Josélia, introduziu uma fita na metralhadora, manobrou a culatra, o Fernando desajeitado e elástico principiou a saltar e a saltar e a saltar, com círculos encarnados nos sovacos, na barriga, no peito, e continuou saltando no terraço à medida que os vasos se partiam sozinhos e pedaços do corrimão trabalhavam em silêncio até que o militar largou a metralhadora no rebordo do tanque, o Fernando finalmente em paz se chegava a terra como se a beijasse, os setters o observavam a meio do caminho do medo e da fome, os abutres só maçã-de-adão e unhas caminhavam num andar cansado de perus espanjando o ar com o lado das asas os tropas reentravam na casa sem janelas nem portas, de muros desfeitos pelas bazucas [...] (ANTUNES, 1998, p. 105-106)

Para Fanon, citado por Bonnici, a violência do regime colonial e a contra-violência do nativo equilibram-se e respondem a si próprias numa homogeneidade mútua. Fanon chama de “reciprocidade” uma espécie de catarse, um ato de violência que ocorre após um longo período de imobilidade colonial do nativo diante daquele que o roubava, violentava-o e o deixava morrer à míngua. Trata-se de um desejo compulsivo de vingança, pois

Se a meta do colono é tornar impossível o sonho de liberdade do colonizado, conseqüentemente, afirma Fanon, a meta do colonizado é materializar todas as combinações possíveis para niquelar o colonizador. À teoria do colono do mal absoluto corresponde a teoria do colonizador como mal absoluto. [...] Para o nativo, a vida

só pode ressurgir do corpo em putrefação do colono.
(FANON *apud* BONNICI, 2004, p. 69-73)

Sufocados pelo cotidiano intolerável de infelicidade, sustentados pela fome, pela doença, pela morte e pela violência e cerrados em vidas privadas de qualquer futuro e de qualquer oportunidade, os sujeitos coloniais são tomados pela necessidade de romper o silêncio e dar um ponto final “[...] ao horror mudo de cada dia, à condição de animal” (PETER; FAVRET, 2010, p. 187), depois de aguentarem diariamente e por tanto tempo o impossível.

Mas “[...] para ser ouvido é preciso que ele mate” (PETER; FAVRET, 2010, p.199), é preciso que o colonizado enfrente a violência e a morte, pois, ainda que vociferante, sua voz era ouvida pelo colonizador “[...] como os murmúrios de um moribundo” (PETER; FAVRET, 2010, p.199). E é por isso que o colonizado se dá o direito de tomar a palavra matando e morrendo, respondendo ao horror vivido cotidianamente com um horror ainda mais gritante. Tomados pela sede de questionar a realidade de opressão, pela necessidade de agir para que alguma coisa ocorra, para que alguma coisa se altere, os terroristas nativos angolanos matam crianças inocentes, agridem as mulheres e destroem todo o ambiente, porque a liberdade, em um contexto de desejo pelo desafio de transpor barreiras, toma a forma de arma que fere a tudo e a todos. A monstruosidade do colonizado no processo de descolonização de Angola se deu pelo impulso de revolta desse povo contra uma sociedade que, além de lhe roubar o território, condenava-o ao silenciamento e à miséria. Para ultrapassar os limites do inabitável onde viviam, fazia-se necessário, nesta lógica de anseio por vingança,

Morrer pela liberdade, depois morrer pelo proveito dos grandes, matar por ela, por eles. Matar, morrer. Ganhava-se, para isso, bagatelas; no fim da estrada havia, para a massa do rebanho camponês (para ele ainda uma vez), a promessa da enfermidade e da morte. (PETER; FAVRET, 2010, p. 195)

Essa violência praticada de maneira tão atroz pelos colonizados durante a guerra, eles não a inventaram sozinhos. As práticas cruéis que excedem aos

limites daquilo que chamamos de “humanidade” simbolizam um grito de libertação daqueles rejeitados que outrora foram deixados morrer à míngua. Suas atitudes expressam um discurso que ataca e questiona: “[...] o mundo policiado dos notáveis pode continuar a ser o que se diz? Querem monstros? Ei-los aqui. Mas neles ninguém mais poderá deixar de se reconhecer a si mesmo”. (PETER; FAVRET, 2010, p. 199)

Não podemos nos esquecer também de que esses sujeitos coloniais suportaram, silenciosamente e por muito tempo, o reino da miséria, da doença e da violência imposta pelos colonizadores portugueses, a realidade cruel da era colonial, tão bem expressa na fala de Isilda, a colonizadora de *O Esplendor de Portugal*:

[...] o que pedi para além do preço dos contratados com saúde, repare que não trago nem um aleijado e apenas uma ou duas crianças que trabalham tanto quanto ou mais que os outros por não lhes ter chegado ainda o vício da preguiça sem falar que comem menos, bebem menos cerveja e não engravidam por enquanto [...] (ANTUNES, 1998, p. 295)

Embora silenciosamente, os sujeitos excluídos esperavam, ao longo de todo o tempo de subordinação, pela oportunidade de contra-ataque, pelo dia em que saíam das margens, tomariam a palavra e devolveriam aos portugueses os crimes que sofreram durante a colonização. No decorrer do romance, Lobo Antunes ilustra esses sentimentos de ódio, de ressentimento e de desejo de vingança do sujeito colonial por meio das memórias das personagens em cena. Uma das cenas mais significativas do romance é aquela que compõe o testemunho de Rui, quando a personagem nos apresenta a indiferença de sua avó e de sua mãe em relação ao irmão Carlos, pelo fato deste ser um mestiço em meio a uma família branca. Também nos é mostrada a mágoa que o mestiço sente por aqueles que o excluem e sua vontade de superar, vendo-os mortos, essa indiferença à qual é condenado por não ser um branco:

[...] o Carlos desceu as escadas entortando o tapete, aproximou-se da minha mãe que me penteava com os dedos e nem sequer o olhou, aproximou-se da minha avó que se afastou num trejeito, procurou o meu pai entretido

a sacudir a cinza das calças que não conversava com ninguém [...] o Carlos voltou a trepar-se os degraus [...] debruçou-se do corrimão batendo as mangas como um rato silvestre no poleiro

- Hei-de vê-los a todos no cemitério com o avô.
(ANTUNES, 1998, p. 167)

Ao longo dos excertos aqui apresentados, podemos notar que Lobo Antunes vale-se da estética do fragmento para nos apresentar a descolonização como um fenômeno extremamente violento, um processo no qual o colonizado põe fim à autoridade do colonizador, que “[...] rouba, violenta e esfaima” (BONNICI, 2004, p.35) o país subordinado. Leiamos e a seguir analisemos as estratégias das quais se vale o autor para representar o contexto de guerra entre colonizados e colonizadores:

[...] no dia em que o garoto bailundo matou dezenas e dezenas de brancos em Luanda, em Salazar, no Caxito, no Dono, a percorrer durante a noite vilas, musseques, acampamentos, quarteirões, de subúrbio, os próprios bairros, do centro da cidade, as vivendas do quarteirão da fortaleza e do palácio do Governo, o garoto bailundo de oito ou nove anos só olhos, só pupilas, afastando o saco de feijão do cabo, a degolar à catanada as galinhas e as pessoas, a pendurá-las das árvores com cordéis ou com ganchos ou abandonando-as ao apetite dos rafeiros, dezenas e dezenas de brancos com os testículos, as orelhas, os narizes enfiados na garganta juntamente com o silêncio das borboletas e o zunido das vespas, as larvas e as moscas nos estômagos podres, os fetos das grávidas atirados aos gatos como peixe sem valor, no Lobito, em Benguela, em Sá da Bandeira, em São Salvador, no Luso, em Carmona, na tentativa, no Huambo, não bandos de selvagens bêbados, não grupos organizados pelos comunistas russos ou húngaros ou romenos ou iugoslavos ou búlgaros, não uma liga, um movimento, um partido que quisesse mandar em Angola, decidir de Angola, substituir-nos nas companhias, nas repartições, nos escritórios, ficar-nos com as casas e as

fazendas, amontoar-nos no cais abraçados a porcarias
sem valor, expulsar-nos, não o ódio ou vingança

(por que Pai do Céu, vingança por quê?)

Ou impotência ou revolta contra nós mas apenas um
garoto bailundo de oito ou nove anos com um saco de
feijão sob o braço, um só garoto de carapinha descolorida
oculto no mato como um texugo, uma cria de doninha, um
ouriço, um só garoto sob a espingarda do cabo, o meu pai
de lenço na cara

-Não [...] (ANTUNES, 1998, p.200-201).

Percebamos que a tradução discursiva dos pensamentos alucinatórios das personagens se dá por uma escrita cuja pontuação daquilo que está sendo narrado é caótica e entrecortada, compondo uma escrita desconstruída e/ou não-linear. Nas obras de Lobo Antunes é comum que, dentro de um único parágrafo, as personagens descrevam-nos de maneira “confusa” e “desordenada” cenas de um passado remoto, de um passado recente e do momento presente. O caos discursivo procura representar e dar forma ao trauma das testemunhas da guerra de Angola. Para se compreender a narrativa antuniana, faz-se necessário perceber que

[...] não há mais hierarquias e nem mesmo uma linearidade temporal: passado, presente futuro. A idéia de passado passa a ser simultânea com o presente. E ao mesmo tempo que há essa simultaneidade passado/presente, um passado começa a ser imaginado ainda por se fazer em um futuro que ainda está por vir. (AMARAL, 2000, p. 31)

Em um mundo que está prestes a desaparecer, a ordem da narrativa “[...] não é nem bem-comportada, nem obedece a uma lógica preestabelecida. Ela é atravessada, entre outros, pela des-organização do silêncio” (ORLANDI, 1993, p. 50). É nos efeitos de silêncio, desenhado nas falhas, nas fissuras dos discursos das personagens, que Antunes retrata a loucura do racismo, da dor, da doença, do medo e da violência recíprocas entre colonizador e colonizado em uma Angola caótica e destruída.

O silêncio, conforme nos explica Walter Benjamin em seu ensaio *Experiência e pobreza*, é algo natural àqueles que vivenciaram experiências de desespero, de fome e de destruição oriundas da guerra. A escrita fragmentada de Lobo Antunes apresenta-nos os testemunhos de personagens traumatizadas e marcadas por um discurso entrecortado, recalcado, fissurado. Nas palavras de Walter Benjamin, os sujeitos, ao voltarem da guerra,

[...] tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobre em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado à cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (1994, p. 115)

Em meio a uma narrativa marcada pelo silenciamento, pela violência e pela repetição alucinatória dos fatos, contados pelos próprios traumatizados, o escritor português traduz-nos um cenário de miséria, de dor extrema, de destruição, de agressividade e de terror. O leitor encontra-se diante de um arquivo composto por teias discursivas capazes de provocar a catarse e que pode ser chamado daquilo que Evando Nascimento conceitua como *frayage*, algo que

[...] refere uma *inscrição* de que nenhuma experiência em nível fenomenológico pode dar conta. A associação por conceito de *frayage* corresponde à tentativa de descrição do aparelho psíquico através da metáfora da escrita. (2001, p.166)

Se, conforme Hannah Arendt, “[...] a violência começa onde termina a fala” (2008, p. 333), podemos compreender que é pelo silêncio³ desse

³ Valemo-nos, neste trabalho, da perspectiva de Hannah Arendt para tomarmos o silêncio como um sinônimo de violência dentro das obras antunianas.

discurso, expresso pela desconstrução da pontuação, pelas inúmeras repetições, pelas falhas e pelas interrupções de cada testemunho que a escrita de Lobo Antunes se faz violenta, conseguindo representar metaforicamente as atrocidades sofridas e cometidas por aqueles que vivenciaram os episódios da guerra da Angola. Isilda, numa situação de desespero, tem sua fala silenciada por lembranças de sua infância, mas é logo reinserida no momento presente, fugindo de animais selvagens, dos soldados do governo e de seus antigos escravos:

O teu avô menina era um homem a sério nunca consentiu uma liberdade ou uma má-criação a um

Os cachorros do mato uivavam no pátio, a espreitarem do terraço, a introduzirem os focinhos nas azáleas obrigando os pavões a equilibrarem-se, inseguros, agitando as asas no topo da árvore-da-china tal como eu a Josélia e a Maria da Boa Morte ao mudarmos fugindo da guerra, da tropa do Governo que alternava com os mercenários da Unita, das bombas de napalm e dos militares degolados, da miséria da Chiquita que não existia mais para a miséria de Marimba que se calhar não existia mais também [...] (ANTUNES, 1998, p. 225-226)

Indo de encontro à morte, Isilda, Josélia e Maria da Boa Morte deixam-se tomar por inúmeras lembranças de um passado remoto ou de um passado recente, a fim de resistirem às ameaças do presente que as envolve e assegurarem as suas próprias vidas, pois, conforme nos explica Evando Nascimento,

[...] se a violência da abertura do caminho (*frayage, Bahnung*) significa a possibilidade de destruição do sistema, a inscrição do rastro (*Spurniederschrift*) para a formação da memória só pode traduzir uma *repetição* da experiência como fator da própria vida. Aquilo que Derrida designa *a partir* de Freud como *economia da morte* é um tipo de repetição originária, a fim de retardar o *frayage* definitivo. (2001, p.171)

Trata-se de um discurso composto pela pulsão da vida e pela pulsão da morte, que se complementam e se condicionam, formando uma rede de cadeia associativa “[...] aparentemente desordenada e monstruosa” (DERRIDA *apud* NASCIMENTO, 2001, p.174), resultante dos mecanismos oníricos que

condensam e deslocam uma série de repetições de experiências de prazer e de sofrimento. No romance, as representações desses mecanismos

[...] ao mesmo tempo em que rompem com a concepção linear da linguagem, exigem uma leitura, exigem uma *leitura* do inconsciente enquanto *texto* de estruturação diferencial (NASCIMENTO, 2001, p.174).

Em meio à tessitura narrativa de *O esplendor de Portugal*, as experiências do presente misturam-se às experiências do passado, formando um complexo mosaico discursivo em que o sentido, para o leitor, “[...] *vem depois* suplementar a experiência que na origem é dividida, dupla, dúbia, *indecidível*”. (NASCIMENTO, 2001, p. 176. Os grifos são do autor)

Assim, na (des)construção do romance, Lobo Antunes transcende, por meio da representação do fluxo da consciência de suas personagens-narradoras, a ilusão de três tempos distintos e os une num tríplice presente: o do passado, por meio da memória, o do futuro, por meio da expectativa, e o do presente, por meio dos fatos que vão sendo vivenciados pelas personagens ao longo da narrativa. Os estados vividos pelas personagens “[...] não se adicionam simplesmente, mas se interpenetram” (NUNES, 1992, p.346) em seu discurso, pois o tempo, em *O Esplendor de Portugal*, é

[...] condicionado pela linguagem, liga momentos que o tempo real separa, inverte a sua ordem, perturba a distinção entre eles, comprime-os, dilata-os, retarda-os e acelera-os. (NUNES, 1992, p. 350)

E “[...] se o psiquismo é essa matéria sempre virgem e disponível a novas inscrições” (NASCIMENTO, 2001, p.177), o romance, essa violenta representação e tradução de um trauma (ou de um grande pesadelo) coletivo e individual, propicia ao espectador um caleidoscópio de sentidos interpretativos, pois o “[...] texto enquanto tecido de rastros – permite substituições infinitas” (NASCIMENTO, 2001, p.180).

Na medida em que essa literatura de testemunho pode provocar sobre seus leitores um efeito catártico de horror, pelos perturbadores testemunhos de suas personagens, ela cumpre seu papel de justiça histórica para com as

vítimas daquela barbárie. Para pensadores como Theodor W. Adorno há uma grande importância nessa proposta de conscientização política, pois

Deve-se conhecer os mecanismos que tornam os homens assim, que os tornam capazes de tais atos. Deve-se mostrar estes mecanismos a eles mesmos e buscar evitar que eles se tornem assim novamente, enquanto se promove uma conscientização destes mecanismos (ADORNO, 1986, p.34-35).

Nesta perspectiva, podemos reconhecer Lobo Antunes não só como um exímio romancista, mas também como um leitor contumaz e crítico de sua contemporaneidade. Ao (re)encenar, em *O Esplendor de Portugal*, sua “[...] autobiografia ideológica, teórica, política, cultural” (PIGLIA, 1994, p.71) ancorada nas experiências vividas ao longo do processo de descolonização de Angola e (des) mascarada nos testemunhos ficcionais de Isilda, Carlos, Clarisse e Rui, o escritor português propõe-nos inúmeras reflexões a respeito dos problemas que assombram a sociedade ocidental, tais como a questão do reconhecimento e o repúdio às diferenças étnicas, culturais e sociais; do desejo agonístico pelo poder político; do anseio desesperado pela vingança; da violência intrínseca ao ser humano, enfim, tudo aquilo que impele o homem a promover e, muitas vezes, comprazer-se com sua guerra íntima e com a beligerância coletiva.

Bibliografia:

ADORNO, Theodor W. **Educação após Auschwitz**. In: COHN, Gabriel (Org.). **Sociologia**. Tradução Flávio R. Kothe *et al.* São Paulo: Ática, 1986. p. 33-45. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p.33-45.

AMARAL, Adriana, Córner Lopes do. **Sobre a memória em Jacques Derrida**. In: NASCIMENTO, Evando; GLENADEL, Paula (Orgs.). **Em torno de Jacques Derrida**. Rio de Janeiro: Editora Viveiros de Castro, 2000.

ANTUNES, António Lobo. **O Esplendor de Portugal**. RJ: Rocco, 1998.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução E. de Souza. Porto Alegre: Globo, 1966.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (V. 1).
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana L. L. Reis, Gláucia R. Gonçalves. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BONNICI, Thomas. **O Pós-Colonialismo e a Literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Editora da UEM, 2004.
- CARVALHO, Bernardo. **A comunicação interrompida, estão apenas ensaiando**. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 237-240.
- CYTRYNOWICZ, Roney. Memória e história do Holocausto. **CULT- Revista Brasileira de Literatura**, São Paulo, Lemos Editorial, n.23, p.53, jun. 1999.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro**. RJ. : 7letras, 2007.
- LINS, Ronaldo Lima. **Violência e Literatura**. RJ: Tempo Brasileiro, 1990.
- NASCIMENTO, Evando. **Derrida e a literatura: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução**. 2 ed. Niterói: EdUFF, 2001.
- NUNES, Benedito. **Tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. São Paulo: UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).
- ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Sinergia; Relume Dumará, 2009.
- PETER, Jean-Pierre; FAVRET, Jeanne. **O animal, o louco, a morte**. In: FOUCAULT, M. (Org.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Tradução Denize Lezan de Almeida. 9. ed. RJ: Graal, 2010.
- PIGLIA, Ricardo. **O laboratório do escritor**. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- SARLO, Beatriz. **Cultura da memória e Guinada Subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. SP: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O Local da Diferença. Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Ed. 34, 2005.